



Revista Organizações & Sociedade
2024, 31(109), 001-026
© Autor(es) 2024
10.1590/1984-92302024v31n0008PT
e-location: ev31n0008PT
eISSN 1984-9230 | ISSN 1413-585X
www.revistaoes.ufba.br
NPGA, Escola de Administração
Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:
Leticia Dias Fantinel
Recebido: 12/01/2023
Aceito: 24/04/2024

A Indumentária e seus Efeitos na Vida Organizacional: O Vestuário como Instrumento de Regulação nas Organizações

Lysia Maria Memória Viana^a

Márcia de Freitas Duarte^b

Fábio Freitas Schilling Marquesan^c

^a Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil

^b Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil

^c Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resumo

Este ensaio objetiva aprofundar a compreensão a respeito da participação do vestuário e suas implicações na vida organizacional a partir da proposição de que a indumentária organizacional e seu efeito uniformizante são, essencialmente, instrumentos de disciplinarização e controle individual e coletivo, e como eles são partes integrantes e meios condutores de relações de poder na vida organizacional. Argumentamos que, numa sociedade na qual as aparências possuem um papel fundamental, o que se põe sobre o corpo vai além da camada funcional e estética e se configura como um grande espelho do funcionamento dos mecanismos sociais, podendo indicar conexões mais profundas, relacionadas, por exemplo, à cultura, à função social, às relações de pertencimento e aos desejos. O marco teórico que embasa a discussão se fundamenta, essencialmente, sobre o trabalho de Foucault (2006), segundo o qual a contribuição do trabalho é

a proposta de uma perspectiva teórica composta por quatro fases da atuação da indumentária sobre os indivíduos, as quais vão desde o momento em que o corpo é vestido até seus efeitos quando são generalizados e internalizados, coletivamente.

Palavras-chave: indumentária organizacional; efeito uniformizante; disciplinarização; relações de poder.

Introdução

Nas últimas décadas, reflexões que perpassam a questão do vestuário adentraram os estudos organizacionais e têm adquirido um espaço em discussões sobre tópicos como cultura (Libretti, Moreira, & Amorim, 2018; Miyazaki, Hanashiro, & Ipiranga, 2018; Narducci, 2016) e estética organizacional (Korica & Bazin, 2019; Gagliardi, 1990; Höpfl, 2007; Leal, 2007; Narducci, 2016; Strati, 1990; Wood Jr. & Csillag, 2001), além de estarem cada vez mais sendo exploradas em temas como o uso do uniforme (Roche, 2007) e questões de gênero envolvendo o ambiente laboral (Andrade, 2009; Caproni & Saraiva, 2018).

O fenômeno da moda surgiu no início da Renascença (Godart, 2010) como elemento individualizador, a partir da negação da cultura e de valores do passado e da valorização do olhar sobre nós mesmos e sobre os outros, representando, concomitantemente, as escolhas coletivas da sociedade e assumindo diferentes características em diversos momentos da história social (Linke, 2013). A indumentária, um desdobramento da moda, se tornou objeto de estudo sociológico ou histórico por estar ligada, especificamente, aos costumes e usos dos diferentes grupos sociais em diferentes momentos (Barthes, 2005; Linke, 2013). Mais que um senso puramente estético, vestuário, moda e indumentária também portam, (re)produzem ideais, comportamentos, percepções, culturas, estruturas e padrões sociais e organizacionais, posto que sustentam em si várias complexidades presentes, acima de tudo, nas relações do indivíduo com ele mesmo, com os outros e com o mundo (Santos, 2015). A indumentária, aparentemente simples e superficial, constitui um meio de representação, internalização e exteriorização de questões sociais e organizacionais muito mais profundas do que aquilo que é visto ao primeiro olhar (Viana & Silva, 2019). Essas nuances reverberam efeitos ao redor de cada indivíduo que, ao interagirem entre si, formam um mecanismo de uniformização que compõe, fortemente, relações de poder, disciplina e controle social no corpo coletivo.

Diante disso, nosso intuito é aprofundar a compreensão a respeito da participação do vestuário e suas implicações na vida organizacional a partir da proposição de que a indumentária organizacional e seu efeito uniformizante são, essencialmente, instrumentos de disciplinarização e controle individual e coletivo, e como eles, conjuntamente, são partes integrantes e meios condutores das relações de poder na vida organizacional. Nossa principal contribuição teórica é a sugestão de que a compreensão acerca da instrumentalização da indumentária nas relações de poder ocorre a partir da esquematização de quatro fases, nas quais a fase subsequente somente existe em função do cumprimento das anteriores, até que se configure, finalmente, nas relações de poder propriamente ditas, e como elas percorrem a coletividade.

Nesse esforço, seguimos os passos de autores, como Gioia e Pitre (1990) e Hassard (1991), que propuseram estratégias multiparadigmáticas para o estudo das teorias organizacionais, mais especificamente a proposta de Paula (2016) e seu modelo de círculo das matrizes epistêmicas. Tal

proposição teórico-analítica se apresenta como uma alternativa à proposta paradigmática de Burrell e Morgan (1979) e é constituída por três matrizes cognitivas baseadas nos estudos de Habermas (1982): a matriz empírico-analítica, a matriz hermenêutica e a matriz crítica. Conforme Paula (2016), as matrizes epistêmicas são um referencial para os sistemas de produção de conhecimento, denominadas abordagens sociológicas. A autora identificou seis delas: funcionalista, interpretativista, humanista, estruturalista, pós-estruturalista e realista crítica. Algumas dessas abordagens são puras, pois preferem se situar em apenas uma das matrizes: é o caso da funcionalista (matriz empírico-analítica), da interpretativista (matriz hermenêutica) e da humanista (matriz crítica). No entanto, outras abordagens são híbridas, pois transitam em mais de uma matriz epistêmica ao mesmo tempo: é o caso da estruturalista (matriz empírico-analítica e matriz hermenêutica), da pós-estruturalista (matriz hermenêutica e matriz crítica) e da realista crítica (matriz empírico-analítica, matriz hermenêutica e matriz crítica).

Conforme essa classificação, o presente estudo se insere dentro de uma abordagem não pura, o pós-estruturalismo ou abordagem pós-moderna, como também é denominada por alguns (Paula, 2016). A perspectiva pós-moderna, cujo olhar nos estudos organizacionais é pautado em um movimento teórico multidisciplinar “que vai da filosofia à estética, envolvendo as artes e a sociologia . . .” (Vieira, 2005, p. 8), é marcada por diversos elementos, como a globalização, o relativismo, o pluralismo, caracterizados pela dissipação da objetividade, da racionalidade e pela espetacularização da sociedade (Vieira & Caldas, 2007). No modelo de círculos de matrizes epistêmicas, a abordagem pós-estruturalista é fruto de uma reconstrução epistêmica avançada, pois deriva tanto da abordagem estruturalista quanto do construcionismo social presente na abordagem interpretativista. Portanto, trata-se de abordagem sociológica híbrida, que transita entre as matrizes epistêmicas hermenêutica e crítica, ainda que haja controvérsias quanto a sua adesão ao interesse emancipatório (Paula, 2016).

Nosso compromisso aqui, assim como o empenho pós-moderno, é explorar e compreender as micropráticas organizativas capazes de gerar efeitos coletivos, tais como a própria sociedade, as organizações, as culturas. Como aporte teórico, utilizamos, fundamentalmente, uma ótica foucaultiana voltada à compreensão do poder, considerando que Foucault teve no **poder** o seu objeto de fascínio e de estudo. Foucault, assim como os demais autores aqui presentes, nos ajudaram a elaborar e induzir o caminho para o entendimento pretendido; através deles, esperamos ter construído nosso processo analítico com coerência, historicidade e sistematização. É necessário salientar que Foucault (2006) é frequentemente rotulado como um autor pós-moderno/pós-estruturalista, embora, em uma entrevista em 1983, ele mesmo tenha recusado esse rótulo. O que se segue é dotado, portanto, das delineações necessárias para sustentar nossos argumentos e proporcionar um entendimento original a respeito dos meios que nos levaram a compreender esse fenômeno como ele aqui é apresentado.

A contribuição proposta é a compreensão acerca de como as dinâmicas organizacionais são afetadas pelas relações de poder por meio da influência da indumentária organizacional nas identidades, impressões, identificações, julgamentos, decisões etc., enfim, de outras subjetividades da vida em sociedade. O estudo ainda contribui para o desenvolvimento dos estudos relacionados ao fenômeno da moda no campo das ciências sociais aplicadas, visto que sua produção acadêmica ainda é tardia e exígua frente a outras áreas de estudo da sociedade.

Este ensaio teórico está estruturado da seguinte maneira: após a introdução, discutimos a dimensão que os fenômenos ligados ao que se entende como “moda” ocupam na vida social dos indivíduos; na terceira seção, desenvolvemos a construção teórica proposta a partir da criação de uma subdivisão nas quatro fases referentes à instrumentalização do vestuário nas relações de poder e seu ciclo até atingir o domínio coletivo, estando em tudo e em todos, sem se localizar em uma estrutura em específico. Ao fim, são tecidas as considerações finais.

O vestir é político, social e organizacional

Até o século XIX, os estudos referentes à moda eram realizados por historiadores da arte e se resumiam a descrições das indumentárias, sem procurar explicá-las. Ao final do referido século, filósofos, sociólogos, economistas e antropólogos buscaram explanações mais elaboradas para as dinâmicas do vestuário e suas relações com a sociedade (Pereira, 2015). Os estudos envolvendo os trajes passaram então a ser realizados nos diversos domínios do conhecimento das ciências humanas por meio de aspectos sinalizadores, como gênero e classe social. Com o desenvolvimento capitalista industrial, esses estudos também se desenvolveram atrelados a áreas como os estudos organizacionais e o marketing.

Estudiosos como Tarde (1992), Veblen (1980), Simmel (1998), Barthes (2005), Boucher (2010), Baudot (2008) e Laver (1989) são tidos como clássicos para o campo, pois suas contribuições permitiram o entendimento do fenômeno moda como algo inerente à dinâmica social. Embora, desde o final do século XIX, alguns estudos sobre o papel do vestuário na sociedade tenham sido produzidos, com diversos autores da época sinalizando o quanto o sistema e os códigos de vestimenta são fatores fundamentais para a compreensão da sociedade na qual estavam inseridos, esse campo continuou sendo academicamente menosprezado até pouco tempo (Figueiredo, 2011). Contudo, se essa reflexão surgiu naquele momento da história, é possível que tenham sido percebidas as muitas “possibilidades de análise que nossa superfície mais palpável tornava visível de uma relação com o mundo exterior” (Figueiredo, 2011, p. 1). Desde as primeiras civilizações, os ditames estruturais sociais foram exteriorizados através da imagem: a aparência de cada indivíduo, assim como o que se punha sobre o corpo, continha representações a respeito de divisão do trabalho, pertencimento a uma classe, posicionamento na sociedade ou desempenho de uma função. O que se apresentava ou se trajava era uma demonstração silenciosa do comportamento social.

O que é posto sobre o corpo se tornou, então, um instrumento identificador de lugar social (entende-se por lugar social o lugar de caráter simbólico que um indivíduo ocupa na sociedade). Inicialmente aparecendo como dispositivo de proteção e manutenção do pudor, a competência cultural inerente à indumentária de um grupo acabou indo além do simples vestir: o vestuário se tornou uma das maiores produções culturais da sociedade, assim como um dos maiores símbolos da cultura de determinadas civilizações. No evoluir da história humana, o vestuário, ao longo do tempo, tornou-se um grande veículo de significação.

Desse modo, para iniciarmos nossa reflexão é preciso, a princípio, compreender o que cada conceito significa ao longo deste ensaio, pois embora os conceitos de moda, vestuário e indumentária sejam próximos, acadêmicos que hoje se dedicam a estudar esses fenômenos

afirmam que eles não possuem a mesma definição, sendo o primeiro mais “carregado” e mais amplo (Bethke & Keigel, 2019).

De uma maneira geral, para Barnard (2020), a moda pode ser entendida como um profundo fenômeno cultural e social que comunica e compartilha significados por meio de peças de vestuário, adornos e de outras modificações no corpo. Trata-se de um processo social de negociação, que estilizar, vestir e adornar o corpo são partes fundamentais da formação do sujeito (moldando-o, sustentando-o e mudando-o), além de ser um processo de senso contínuo de si mesmo e de sua identidade em um mundo em constantes mudanças (Kaiser, 2012).

Autores contemporâneos associam a moda, necessariamente, ao consumo, característica inerente à sociedade capitalista. Bem, nesse ponto discordamos. Para nós, toda sociedade que, conseqüentemente, possui sua forma de organização, possui a “sua” própria moda. Qualquer comunidade, por mais remota que seja, possui sua forma particular de adorno e de modificação do corpo; mesmo a ausência desses aspectos já é, por si só, um simbolismo intrínseco à sua maneira de se caracterizar e se diferenciar perante o mundo e a sua própria coletividade.

Esse conceito acerca da idade das primeiras vestimentas é relativamente novo. Apesar dos primeiros vestígios do **vestir** serem datados de cerca de cem mil anos a.C. (Todorović, Toporišič, & Pavko Čuden, 2014), é aceito que o sistema da moda como se conhece hoje surgiu apenas no período da Renascença, por volta do século XV (Godart, 2010). Sobre sua origem, não há um consenso absoluto; Itália, França e Japão são apontados como alguns lugares de sua origem, sobretudo a partir da emergência das cidades e suas classes médias. Numa perspectiva geral, Pereira (2003) sugere que a moda se originou na Corte de Borgonha, na França, a partir da competição entre a nobreza e a nova classe emergente da época: a burguesia. Uma das premissas da burguesia francesa era, justamente, a ascensão social e a aceitação do mundo como uma classe igualmente poderosa e privilegiada, tal como a nobreza. Para tanto, era preciso se comportar como tal, de forma que a burguesia passou a praticar o jogo da imitação, copiando modelos de roupas, acessórios e penteados dos nobres de Versalhes, o que não foi bem aceito pelos últimos, os quais desejavam se manter imaculados e inigualáveis (Pereira, 2003; Godart, 2010). Os nobres, portanto, passaram a buscar ainda mais a diferenciação e a originalidade, fazendo a engrenagem da moda operar.

De acordo com Braga (2006), no século XVII a França já exercia forte influência na moda dos outros países da Europa. Luís XIV, rei da França, era visto como uma figura extremamente vaidosa, sendo considerado por muitos como o criador do *status*, do luxo e da primeira escola de moda do mundo, deixando diversas heranças à cultura ocidental, como os sapatos de salto, os salões de beleza e os primeiros criadores de alta costura da sociedade. Nessa época foram criados os primeiros jornais de moda do mundo, assim como o fenômeno da moda sazonal (a mudança de tendências a cada estação). Para Luís XIV, fomentar sua vaidade era uma forma de fomentar também o seu poder, e a França soube utilizá-la com igual maestria para influenciar outras potências da Europa.

Embora não consigamos apontar uma origem única para tal fenômeno, sabemos que surgiu como uma dinâmica de ostentação diretamente ligada à aristocracia, à elite e à burguesia, sendo parte de um complexo sistemático no qual os indivíduos passaram a assinalar suas inclusões sociais por meio do que se propunham a colocar sobre o corpo (Godart, 2010). Portanto, a moda é um fenômeno, em sua essência, coletivo.

Todorović et al. (2014) apontam o quanto a cultura do “vestir” pertence a um dos paradigmas antropológicos mais importantes, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Essa ideia para nós é importante pois, para eles, uma vez que as roupas são objetos reais da sociedade (no sentido físico da coisa), os autores as entendem como uma “. . . constante inevitável na vida cotidiana” (Todorović *et al.* 2014, p. 322). Isso nos mostra o quanto os próprios objetos incorporam a moda, cuja missão “inclui padrões de comportamento e ideias (fumar, por exemplo, pode não estar mais na moda . . .) e se articula através de uma série de conceitos (do grunge ao vintage; da aparência ao estilo), que, indiretamente, possui interesse pela esfera material” (Riello, 2011, p. 2).

O vestuário, por sua vez, está localizado na intercessão do indivíduo e da comunidade; em linhas gerais, pode ser entendido como qualquer complemento de peças e adornos ao corpo capaz de transmitir ideias relativas ao caráter do contexto social, político, cultural e econômico, além de expressar normas e convenções (Bethke & Keigel, 2019; Roach-Higgins & Eicher, 1992). Sua estrutura pode ser dividida em traje e indumentária (Barthes, 2005). Esta última pode ser entendida como uma realidade social e institucional que independe do indivíduo e de onde ele retira o que vai vestir. O traje é uma realidade particular, na qual o indivíduo modifica a instituição da indumentária. Juntos, traje e indumentária constituem o todo denominado vestuário:

a relação entre traje e indumentária é uma relação semântica: a significação do vestuário cresce à medida que se passa do traje à indumentária; o traje é debilmente significativo, exprime mais do que notifica; a indumentária, ao contrário, é fortemente significante, constitui uma relação intelectual, notificadora, entre o usuário e seu grupo (Barthes, 2005, p. 273).

A indumentária, portanto, significa para nós um conjunto de elementos simbólicos contidos nas vestes e nos adornos utilizados em um determinado espaço-tempo, fundamentais na definição de várias identidades, seja de classe, gênero, cultura, dentre outros, que manifesta padrões, limites e imposições de diversas ordens e que, conseqüentemente, estabelece projeções típicas de comportamentos de determinados espaços e épocas, fixando também, desse modo, os valores e as significações de um modo sistemático. Por isso, algumas expressões como “indumentária organizacional” serão usadas mais adiante.

A estilização do corpo envolve um processo complexo que sobrepõe incorporações simultâneas de aspectos como gênero, etnia, sexualidade, classe social, nacionalidade e idade/geração, assim como a atenção, as decisões e as escolhas relacionadas à própria aparência estão relacionadas com a formação, sustentação e mudanças contínuas na identidade do sujeito (Kaiser, 1990). Dessa maneira, fica expresso aqui que tratamos o vestir numa perspectiva que ultrapassa a estética, adentrando as esferas sociológica, mercadológica, moral e, principalmente, organizacional.

O vestuário como instrumento de poder

Nesta seção apresentamos as razões pelas quais acreditamos que a indumentária, assim como os efeitos advindos dela, são instrumentos reais e vívidos das relações de poder no mundo organizacional em que vivemos. Nossa ideia aqui é evidenciar como essas relações de poder surgem

a partir dos elementos mais ínfimos presentes na indumentária, os quais adquirem força ao passo que são internalizados pelos indivíduos e reverberados em seus meios organizacionais, se configuram em um efeito que assume um formato sutil de autodisciplina, até esse efeito finalmente perpassar o coletivo e transpassar as fronteiras organizacionais, embebendo a vida civil de forma a se localizar em todos e em todo lugar, se transformando em dispositivos de poder. Nossa perspectiva teórica é composta por quatro fases que, necessariamente, dependem uma da outra, sendo que a segunda não pode acontecer sem antes decorrer a primeira e assim sucessivamente. Afinal, acredita-se aqui que todo desenvolvimento repousa em um desenvolvimento precedente e todo processo cria pré-requisitos para os processos seguintes.

As relações de poder advêm do peso simbólico incorporado

As roupas e seu uso como marcadores sociais adentraram a vida em sociedade como jogos simbólicos indicadores não só de função, mas também de gênero e moral, demarcando as convenções hegemônicas, a decência e os bons costumes inerentes à vida civil, como é possível observar no “processo civilizador” explanado por Norbert Elias (Santos, 1997). A normalidade vestimentar se tornou uma dimensão do cotidiano, passou a ser regulamentada pelo Estado e pelos manuais de boas maneiras e se constituiu num campo de intervenção pela sociedade, tornando-se uma diretriz punitiva e vigiada.

A partir de uma perspectiva sócio-histórica, Norbert Elias buscou uma compreensão da sociedade a partir de manuais de boas maneiras datados da Idade Média até o século XIX, investigando as transformações de condutas impostas em torno dos processos civilizadores, os quais possuem como motor principal a distinção social. Seu objetivo era identificar mudanças visíveis nas personalidades vinculadas às mudanças sociais dentro do processo histórico de construção da civilização, que acarretam mudanças nas estruturas sociais (Garcia, 2008). Esse modelo de análise do desenvolvimento histórico se baseia em uma crescente restrição de impulsos inseridos na complexa rede tecida pela interdependência social e, apesar de Elias argumentar que esses próprios impulsos são formados socialmente, ele expressa que tais restrições à espontaneidade afetam diversas esferas, como afeto, inibição sobre o corpo e boas maneiras, moldando os seres humanos à sociedade por meio da disciplina de vários aspectos da vida social (Van Krieken, 1990).

Tal perspectiva ilustra como as ideias que temos hoje não são únicas ou atemporais, pois representam o produto de muitas gerações e se torna impossível compreender a construção dos muitos aspectos da sociedade sem entender, primeiramente, a rede de interdependência que os fabricou. As pessoas pensam em suas subjetividades como autoevidentes, porém, conforme Elias, entender como se deu esse desenvolvimento temporal é entender o desenvolvimento social a partir de uma “perspectiva multi-geracional” (Newton, 2001, p. 468), na qual a história social é um mosaico de ações pessoais dos próprios indivíduos (Van Krieken, 1990; Newton, 2001).

Com regras que proibiam certas práticas – durante a Idade Média, por exemplo, era terminantemente proibido cuspir à mesa, pois ia contra a cortesia – foi possível observar particularidades em relação à evolução das demais. Primeiramente, Elias percebeu que essas condutas se referiam, exclusivamente, à convivência entre indivíduos de nicho social igual ou superior e, portanto, estavam diretamente vinculadas ao *status* e ao trato social; em seguida, tais

normas tinham como função a inclusão de indivíduos em um dado grupo social, desde que este se comportasse conforme o protocolo, além de excluir do reconhecimento social aqueles que se comportavam inadequadamente diante de certa circunstância (Garcia, 2008). No entanto, ao longo do tempo, certos comportamentos considerados socialmente condenáveis iam desaparecendo dos “manuais”. Não por deixarem de ser desagradáveis, mas por serem cada vez mais firmados como desagradáveis ou indecentes, cada vez mais reprimidos e omitidos (Garcia, 2008). Uma vez conhecidas socialmente, as regras não precisariam ser constantemente lembradas, pois chegavam até a causar um incômodo psicológico. As condutas, assim, adquirem um caráter diferenciador da normatividade e um controle simbólico sobre o comportamento dos indivíduos. Essas impressões de pudor, ou até mesmo de vergonha, associadas a elas demonstram a alteração da estrutura da personalidade dos indivíduos e, de maneira inevitável, compõem alguns dos “sintomas” do processo de civilização da sociedade.

Mas o que os “bons” comportamentos socialmente impostos têm em comum com o que se veste ou se usa sobre o corpo? Conforme Barthes (2005), nenhum indivíduo se veste livre de obrigação: a personalidade que é (re)produzida nos membros de um grupo social ou organização influencia, diretamente, nas disposições estéticas. Tal como as boas maneiras, o vestuário se desenvolveu, ao longo dos séculos e regiões, como código de representatividade de gênero, função, posição social e pertencimento a um determinado grupo social. O código de vestimenta também fazia parte das boas maneiras, além de ser incorporado pelas regras do pudor. Sua “utilidade” deixou de ser apenas “funcional”, passando a conferir aos sujeitos uma série de características capazes de transmitir diversas mensagens acerca de seus lugares no mundo e das organizações as quais pertencem.

O que foi exposto agora sugere que, em absoluto, a racionalidade não é o motor da civilização, sendo o processo civilizatório decorrente do forte vínculo entre as estruturas da personalidade dos indivíduos (e as mudanças nelas) e a sociedade. O controle progressivo de impulsos e a construção do pudor, por exemplo, são alguns dos fatores que fazem parte da disciplina do ego e, ao longo do tempo, são incorporados à estrutura afetiva – ou *habitus* – de uma comunidade.

De acordo com Wacquant (2007, p. 66), o *habitus* pode ser entendido como uma “ . . . história individual e grupal sedimentada no corpo estrutura social, tornada estrutura mental . . . ” que atua sob o nível da consciência. Em outras palavras, segundo o autor, o *habitus* é aquilo existente nas práticas humanas que proporciona uma certa autonomia que vai além da consciência plena humana; é uma construção social, e não natural, que está enraizada individualmente tanto quanto coletivamente na sociedade, e que é variável através do tempo, lugar e, principalmente, da distribuição de poder.

O habitus fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim, podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês etc.); individuação porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. Por ser simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ações e

representações presentes), o *habitus* opera como o ‘princípio não escolhido de todas as escolhas’. (Wacquant, 2007, p. 69)

Esse sistema simbólico se faz presente em todos e nos mais diferentes grupos sociais. Separados por classes sociais, gênero, região que habitam, idade, religião, função ou o que quer que seja, os indivíduos fazem parte de comunidades e organizações que possuem códigos característicos dotados de significância dentro e para além delas. O *habitus* está diretamente associado aos estilos de vida e às várias esferas da vida prática, como o consumo de músicas, tipos de alimentação, escolhas políticas e matrimoniais; o que se põe sobre o corpo está inserido aí, tornando-se uma extensão dos próprios indivíduos, adquirindo significações em comum para grupos e comunidades e fazendo parte de todo um sistema simbólico, o qual possui profunda função social. Onde há grupo social e meio organizacional, há uma cultura – um conjunto de crenças, hábitos, valores, comportamentos, experiências e conhecimentos compartilhados por uma comunidade – que se instaura, repleta de símbolos que se tornam próprios daquele círculo. Segundo Bourdieu (2001, p. 10), símbolos são, por excelência, instrumentos da integração social pois “tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”.

O corpo, então, torna-se assunto obrigatório quando se fala de vestuário. Assim como o que se veste – e aliado a isso –, o corpo se torna palco dos mais diferenciados discursos. Um corpo é sempre um estado provisório do conjunto de informações que o constitui, estado esse que é construído através dos contatos que vão sendo estabelecidos com os ambientes por onde ele vive e caminha (Oliveira & Castilho, 2008). Um corpo, portanto, pode ser lido como uma representação do seu entorno, ao mesmo tempo que seu entorno se torna o próprio corpo. Por bastante tempo, acreditou-se que o estudo do corpo concernia à natureza e não à cultura, sendo este estudado como algo distante da racionalidade e da mente, atribuído às ciências médicas e analisado como um objeto biológico e anatômico composto, exclusivamente, por sistemas e órgãos (Caleiro & Gusmão, 2012; Dale, 2001; Flores-Pereira, 2010). Contudo, os corpos possuem suas histórias próprias e constituem estruturas sociais, econômicas e mentais nas quais atuam não só como produtos, mas também como agentes (Le Goff & Truong, 2006).

Apesar de aqui estarmos trabalhando com uma perspectiva majoritariamente foucaultiana, entendemos que assim como o corpo pode ser constituído e socializado de acordo com a ordem política, social e organizacional na qual está inserido (como já explanamos ao longo de nossa argumentação até aqui), ele também pode agir sobre a sociedade, a história e a cultura das organizações nas quais ele atua, uma vez que ele é parte constitutiva delas próprias. E esse é um dos motivos pelos quais uma indumentária organizacional é capaz de ter sua participação nas relações organizacionais; afinal, pode haver camadas de *habitus* entranhadas em cada indivíduo, mas, uma vez incorporadas, elas também adquirem complexidade e reverberam no espaço.

Uma organização, qualquer que seja seu tamanho, lugar ou função, possui um código de vestimenta; esse código, junto ao corpo do indivíduo, carrega em si uma série de significações a respeito da organização. No passar da história, surgiram regras específicas e padronizações de vestimenta dentro das mais variadas organizações. Acontecimentos históricos como “... guerras, momentos de prosperidade ou pobreza, influências religiosas enfim, todas as fases vivenciadas pela humanidade influenciam a indumentária” (Stefani, 2005, p. 15). Esses entornos se entranham nos

corpos de acordo com seu espaço e seu tempo: o corpo reflete o que acontece ao seu redor e o que acontece se torna o próprio corpo. Isso nos permite ter uma noção da participação do vestuário na vida organizacional, qualquer que seja a organização.

O que hoje é moda – que é também uma forma de linguagem – assumiu a configuração de um sistema de comunicação sob o qual todos os indivíduos são obrigados a se submeter (Stefani, 2005). Cada peça vestida, portanto, tem um peso simbólico que possui a capacidade de atuar sobre o corpo à medida que é incorporada, ao passo que media uma sucessão de transformações que não são relacionadas somente à aparência, mas também aos comportamentos dos indivíduos, às regras sociais, ao que é esperado deles e por eles, aos valores da época, aos momentos históricos, ao funcionamento social, aos seus lugares nos grupos aos quais pertencem. O vestuário, portanto, é um instrumento coletivo capaz de estabelecer fortes relações de comunicação que, por sua vez, a qualquer tempo, serão relações de poder dependentes do peso simbólico concentrado pelos indivíduos – ou instituições – envolvidos nessas relações.

As relações de poder advêm, também, do efeito uniformizante da indumentária

Entendemos até aqui como o vestuário e seus códigos têm a capacidade tanto de comunicação quanto de transmissão de identidade, ponto central na sociedade como um todo. Os códigos de vestimenta são indispensáveis para o reconhecimento do pertencimento a um meio organizacional, seja ele uma tribo, uma comunidade ou um ambiente profissional (Bazin, Riot, & Aubert-Tarby, 2013). A partir de meados do século XIX, esses códigos de vestimenta despontaram com uma força maior com o surgimento da sociedade industrial a partir da explosão do modo de vida capitalista pautado no trabalho, que desenvolveu fortemente uma das características fundamentais da vida humana na contemporaneidade: as profissões.

Unindo a definição clássica de Simmel (1998) à contemporânea de Bazin et al. (2013), as profissões são formas específicas de socialização que são construídas na cooptação, ou seja, na integração, assimilação e valores compartilhados, definidas por regras que regulam suas atividades, mas também por valores compartilhados de maneira informal dentro de uma comunidade e por sinais que permitem o reconhecimento entre os profissionais. Ser um profissional ou se tornar um pode e deve ser entendido como uma experiência estética, pois os sentidos dos indivíduos estão ali envolvidos em sua totalidade (Bazin et al., 2013). As políticas de código de vestimenta esculpem expressões visuais da cultura das organizações, sendo os trajes de trabalho elementos importantes em suas constituições (Maysonave, 2001; Mccarty, 2013; Wood & Benitez, 2003). Da mesma forma, enquanto alguém é parte de uma organização, sua identidade social também é influenciada não só pelas normas instituídas ali, mas também por grupos de trabalho particulares, nível hierárquico, área funcional, dentre outros (Ashforth & Mael, 1989; Chawla & Srivastava, 2016), tornando o vestir uma insígnia de manifestação identitária dos mais variados indivíduos.

É necessário destacar que os trajes profissionais não se limitam ao uso de uniformes propriamente ditos, pois há indumentárias que, embora não sejam designadas especificamente por esse termo, apresentam o seu próprio efeito uniformizante. É o caso dos trajes de religiosos e judiciários, por exemplo (Fortes, 2016). Portanto, podemos observar, nesse ponto, como esses trajes se tornaram indumentárias organizacionais, uma nova camada de *habitus* na sociedade ocidental, sendo difundido e aperfeiçoado conforme as carências das organizações.

O fato de o traje de trabalho ser um componente-chave da cultura desejada no âmbito das organizações deu origem às políticas de código de vestimenta, ou *dress code*. Conforme Entsuaah, Abraham e Kyeremeh (2018), o *dress code* é um conjunto de padrões desenvolvidos pelas empresas para assistir seus funcionários sobre o que é apropriado se utilizar para a profissão, e podem abranger do formal ao casual. Representa, assim, as regras que regulam a aparência dos indivíduos e são sujeitos a variáveis sociológicas como idade, classe, religião, gênero, ocupação ou etnia. Além disso, ajudam a estipular o que deve/pode ser empregado ou não.

Nos estudos que unem vestuário e organizações, enfatiza-se o papel dos códigos de vestimenta no desenvolvimento e na aplicação das convenções e tradições existentes nas diferentes profissões (Easterling, Leslie, & Jones, 1992), de forma que **vestir-se** significa **revestir-se** de códigos que não podem ser desassociados das profissões às quais pertencem, estando esse ato, e o que ele envolve, diretamente ligado à identidade profissional e ao profissionalismo como um todo. Adicionalmente, se aliado à aparência, o *dress code* também é considerado um aspecto impactante no bem-estar psicológico e no desempenho dos indivíduos no ambiente de trabalho (Kwon, 1994; Peluchette & Karl, 2007; Rafaeli, Dutton, Harquail, & Mackie-Lewis, 1997). Pesquisas apontam que a maneira como um indivíduo se veste influencia nas impressões de terceiros (Johnson, Nagasawa, & Peters, 1977; Kwon, 1994; Mast & Hall, 2004) e que as pessoas, conscientemente, utilizam a vestimenta para coordenar as impressões de outras quando utilizam trajes formais de negócios para fomentar o respeito e o *status*, ou roupas casuais para potencializar suas conexões com as outras (Rafaeli et al., 1997; Rucker, Anderson, & Kangas, 1999).

Os estudos mencionados indicam não só as nuances contidas sob a camada mais superficial das roupas, como também reiteram que não é preciso haver um uniforme perfeitamente padronizado em uma organização para se constituir um efeito uniformizante e, conseqüentemente, uma indumentária organizacional: a forma de se vestir no meio organizacional funciona como uma sinalização notória de um mecanismo que equilibra a capacidade do ser humano de aderir às normas sociais e seu interesse em fazer isso, assim como sua capacidade em buscar se desviar delas. O efeito uniformizante, portanto, é produzido como uma consequência ou um resultado das camadas de *habitus* da indumentária sedimentadas até o espaço e o tempo em questão, as quais foram construídas historicamente, socialmente e organizacionalmente a partir de seu peso simbólico, que é constantemente incorporado pelos sujeitos não só individualmente, mas também coletivamente, em diferentes camadas, níveis e configurações de quaisquer organizações que eles pertençam.

O simbolismo do vestuário, supostamente simples, contudo, visível e vívido, representa um meio extremamente útil e acessível para exteriorizar e evidenciar questões organizacionais que são conflitantes ou são menos facilmente discutidas ou compreendidas (Karl; Peluchette, & Collins, 2017). As profissões desenvolveram estéticas características de suas comunidades, de suas identidades e de seus *modus operandi*, e muitos profissionais e aprendizes adquirem o próprio sentido de suas atividades por meio do desenvolvimento de todos os seus sentidos, não se tratando somente de ações, mas do ambiente material e imaterial em que se inserem (Bazin et al., 2013). O efeito uniformizante, contudo, não existe se não for exteriorizado, vivido e performado nas interações humanas. Para existir socialmente ele precisa, necessariamente, do “outro”; ele existe, fundamentalmente, nas relações.

As relações de poder advêm, também, da disciplinarização do vestuário

Segundo Marsden e Townley (2001), o trabalho de Foucault foi explorado como uma reação ao conceito radical de poder, pois sua preocupação não residia em buscar explicações sobre o “porquê” o poder acontece, mas em compreender “como” ele acontece. Foucault evidenciou como as organizações são, ao mesmo tempo, arquiteturas de poder e dispositivos de conhecimento, o que se configurou como uma crítica velada às abordagens que entendem o poder apenas em termos de repressão da ação dos outros. Para Foucault, o poder não é um bem alienável; não se pode possuí-lo, seja em qualquer sociedade, não havendo uma divisão entre os que possuem ou não possuem poder, mas sim quem o exerce e o pratica (Paniago, 2008).

Em suas discussões sobre poder, Foucault (1987, p. 164) ressalta as relações de disciplina, consideradas fundamentais para a compreensão da dominação, por serem capazes de formar uma “política de coerções” que não tem como objetivo, unicamente, aprofundar a sujeição dos indivíduos; busca também formar uma relação de dependência, na qual o mecanismo da manipulação calculada torna o corpo mais útil e mais obediente (e quanto menos obediente, menos útil). Em qualquer sociedade, o corpo está submetido a relações de poder que impõem obrigações e proibições, enfim, limitações, tendo nas disciplinas um método de controle minucioso que impõe aos corpos uma relação de utilidade-docilidade.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987, p. 163) explica que um soldado, diante das estratégias de dominação, transforma-se em algo que é fabricado; torna-se a máquina que se faz necessária na sua organização através de uma “coação calculada” que se dissolve no automatismo dos hábitos. Em algum momento da história, houve essa “descoberta do corpo como objeto e alvo de poder”. O corpo se torna então um objeto que se treina, se modela e se manipula para torná-lo mais hábil e útil. Os efeitos da dominação exercidos pelo poder resultam, então, no controle. Para o autor, o objeto desse controle está mais voltado para a força do exercício do que para os sinais. Contudo, como pensar o exercício do poder sem a transmissão dos ideais? A coação se faz sobre a força, mas também age sobre os sinais, posto que são elementos significativos e necessários para a transferência das ideias. Portanto, comportamentos e linguagens dos corpos são alterados e influenciados pela coerção sem interrupção, propiciando um controle meticuloso das operações corporais uma vez que atua sobre o espaço, o tempo, e os movimentos. Esse controle sobre o sujeito e suas forças origina uma relação de docilidade-utilidade; ou, melhor dizendo, uma relação de disciplina. O autor ainda nos dá exemplos de organizações nas quais essas técnicas são aplicadas, tratando da distribuição dos sujeitos, como colégios e quartéis.

O espaço em que essas organizações se encontram é uma das ferramentas de controle apresentadas por Foucault (1987). A partir do momento em que há um espaço bem delimitado que pode ser controlado, é possível controlar a hora de chegada e partida dele, o que acontece lá dentro e viabilizar a extração do máximo de vantagens possíveis a partir, dentre outros aspectos, de obrigações e proibições. A manobra do quadriculamento, por exemplo, diz respeito à organização de um “espaço analítico” em que “cada indivíduo [deve estar] no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo . . . Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos . . .” (Foucault, 1987, p. 169). Torna-se possível, assim, estabelecer uma separação da pluralidade: o espaço disciplinar passa a controlar a circulação dos sujeitos, as aglomerações, a multiplicidade de ideias e as condutas consideradas não aceitáveis, como a vadiagem e a deserção

(Foucault, 1987). A aglomeração, portanto, diminui nos corpos a habilidade e a utilidade, além de se tornar perigosa para as figuras dominantes.

Uma terceira estratégia talvez possa ser entendida como o fruto das anteriores. O autor traz a ideia de espaços funcionais, determinados não só para vigilância e controle, mas também para se criar utilidade. Para exemplificar, ele trabalha com a figura do hospital como instituição, onde os corpos, os sintomas e as doenças são individualizados num espaço administrativo que se traduz em um espaço útil e funcional a partir da ótica médica. Dessa maneira, assim como numa corporação, percorrendo o espaço é possível praticar a vigilância de todos os indivíduos e de um só ao mesmo tempo, constatar o estado dos indivíduos, compará-los e classificá-los, além de acompanhar seus consecutivos estágios. E, finalmente, a disciplina implica elementos que podem ser alternáveis, no sentido de que cada um tem um lugar na **fila**. Todos ocupam um lugar numa classificação, numa série. A disciplina, portanto, distribui os corpos de maneira organizada e os faz circular numa teia de relações (Foucault, 1987).

Nesses pontos, é possível observar, frequentemente, a relação constante do corpo com o espaço. Contudo, será essa a única maneira de delimitar e homogeneizar a disposição dos corpos? A disciplina também estabelece uma articulação entre corpos e objetos e, nesse sentido, a disposição estética também pode ser uma grande ferramenta de influência sobre os sujeitos: um corpo manipulado é a base de gestos eficientes. Afinal, o que então é a perspectiva das aparências se não uma tentativa de expressão no espaço social, mas também parte do processo social de querer organizar os comportamentos humanos? Nada mais natural, então, para se atingir disciplina, controle ou estabelecer vigilância, do que tentar disciplinar também a própria estética, uma vez que o discurso estético tem o poder de evidenciar fatos organizacionais únicos que apenas podem ser percebidos pelo olhar, ou pela própria experiência.

Dessa forma, entende-se então que a indumentária age sobre a forma como um grupo cultural representa, utiliza e hierarquiza os sujeitos. Quando um indivíduo traja uma vestimenta na sua condição de artefato, ele tende a adquirir alguns de seus aspectos (Fortes, 2016). Trajes profissionais passam a ser sentidos pelos corpos com todos os efeitos de um conjunto simbólico composto por elementos de cultura e memória organizacional. Um uniforme, por exemplo, passa a fazer parte da vida organizacional à medida que provoca impactos sobre aquele corpo que foi inserido numa organização. Com todos os efeitos, ele se traduz em uma ferramenta também capaz de delimitar regras e articular proibições, influenciando no controle das instituições, uma vez que consegue cercar quem o usa.

Um traje uniformizante também é capaz de organizar os corpos analiticamente, pois se constitui como instrumento de localização, funcionando como um mostruário da posição de um indivíduo numa organização: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (Foucault, 1987, p. 169). Ao se quadricular o sujeito, o que importa é instaurar comunicações verdadeiramente úteis, saber onde e como encontrá-los, identificar as ausências. A partir do momento que o sujeito veste seu uniforme, ele não é mais um indivíduo qualquer; o traje uniformizante pode transformar o corpo em um espaço funcional, pronto para ser utilizado, controlado e vigiado. Um corpo nessa qualidade, portanto, deve-se tornar hábil, útil e disciplinado, funcionando como unidades administrativas com um papel a cumprir e com um lugar na classificação de maneira organizada, sem deixar de estar inserido estrategicamente numa teia de relações.

A padronagem listrada, por exemplo, extremamente presente no vestuário atual, já teve como função indicar infâmia e exercer poder e vigilância nos presídios sobre os corpos desviantes; loucos, enfermos, ladrões e condenados eram, portanto, marcados pelas listras típicas da cultura social de vários períodos (Fortes, 2016). Uma vez marcado pelas listras, o sujeito da época passava a ocupar uma posição marginalizada na sociedade, fora da normatividade imposta, passando a ser vigiado, controlado e manipulado da forma necessária; sua utilidade era estar fora do meio social normal; o seu lugar na sociedade, para que ela se mantivesse organizada, era ali: entre listras, prisões e manicômios. Cabe ressaltar, porém, que esse aspecto não se restringe ao âmbito empresarial (Fortes, 2016). Qualquer traje que possua esse efeito envolve e submete os corpos em uma realidade de controle de comportamento social e de tecnologias de vigilância. O controle invisível que poucos exercem sobre muitos precisa ser estabelecido de forma que seja possível a observação de vários corpos ao mesmo tempo. Nesse sentido, o vestuário, quando ligado às organizações, pode ter o poder de uma racionalidade panóptica (Foucault, 1987).

A partir do momento em que você se veste de símbolos, cultura e memórias organizacionais específicas, você faz parte daquela organização especificamente. Como organização, ela carrega uma série de valores e percepções que ela quer que sejam percebidos por quem está de fora. O “uniforme” se torna uma forma de materialização dos significados, e conecta a sociedade (e a visão da sociedade) ao corpo organizacional: portanto, a roupa de trabalho é uma das ferramentas pela qual se dá a interação entre instituição e meio social.

Ao portar um traje uniformizante, quem você é, o que faz e a classificação que ocupa no meio social passam a ser observados. Uma vez que se reveste um corpo dessa forma, o sujeito – assim como sua conduta – enquanto vestido, pode ser observado a qualquer hora, onde estiver. Nesse caso, o vestuário funciona então como um dispositivo panóptico, organizando os sujeitos em uma série de unidades que permitem percebê-los e vigiá-los a partir da armadilha da própria visibilidade. Daí surge o efeito mais importante dessa racionalidade: o funcionamento automático do poder. Assim como um detento vigiado numa arquitetura panóptica está imerso numa consciência permanente de visibilidade, quem usa trajes atribuídos às organizações a que pertencem estão, dentro ou fora, conscientes que estão sendo vigiados.

As vestes uniformizantes, portanto, induzem nos indivíduos a consciência de estarem constantemente representando sua organização, e esse é o efeito panóptico do vestuário. A partir dessa indução, faz-se com que os efeitos da vigilância sejam permanentes e para além das fronteiras organizacionais. Esse aparelho possui um mecanismo de atuação do poder tão perfeito que torna “inútil a atualidade de seu exercício” (Foucault, 1987, p. 225); em outras palavras, ele não tem necessidade de efetivamente sê-lo: o essencial é que o sujeito apenas saiba que está sendo vigiado, mas isso não quer dizer que ele precise estar sendo de fato. Ele nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza **sempre** de que sempre pode ser: o poder deve ser visível, porém inverificável.

E, finalmente, as relações de poder advêm, também, da uniformização na coletividade

Para entendermos melhor como o efeito uniformizante atua não somente na esfera individual, mas se estende também à coletiva, tomamos de empréstimo o processo de mudança observado no pensamento de Foucault, por meio do qual sua ideia de poder é alterada e complementada. Em sua fase genealógica, Foucault (2013) se atentou para como a produção de discursos é organizada, selecionada, (re)distribuída e controlada, compreendendo o poder emanado a partir delas (Pereira, Muniz, & Lima, 2007). Foucault entendeu o poder como relações de forças manifestas nas práticas sociais, incluindo fortemente os discursos. Assim, o discurso é uma palavra da ordem e de ordem, expressão referente aos efeitos práticos e à força por meio da qual ele se efetiva e se legitima no corpo social, aludindo tanto à sua ordem interna, quanto à sua ordem externada.

Nessa fase genealógica, Foucault ressaltou que o poder não se localiza em nenhum ponto particular da estrutura social; não há um lado que o detém e o lado entregue a ele. O poder está em tudo e em todo lugar, funcionando como uma rede de mecanismos da qual não há escapatória; ele se constitui em relações presentes nas profundezas da sociedade e não nas relações do Estado com seus cidadãos, ou nas fronteiras entre as várias classes. Essas relações estão entranhadas nos corpos dos sujeitos, nas ações, nos discursos, nos processos de aprendizagem, ou seja, estão no cotidiano (Marsden & Townley, 2001). Essa ideia o levou ao que compreendeu como **micropráticas** de poder, um termo importante na teoria foucaultiana, mas recebido, à época em que surgiu, com contestação pela comunidade acadêmica, visto que ia de encontro às teorias largamente aceitas segundo as quais o poder emanava dos aparelhos do Estado. Não havia intenção de minimizar o Estado, mas sim ressaltar que as relações de poder se prolongam para muito além de seus limites (Machado, 2013; Paniago, 2008).

O discurso em Foucault, juntamente com a participação das subjetividades dos indivíduos, é capaz de arquitetar dimensões que produzem e estabelecem regras de comportamento. Para ele, o discurso está entranhado de sutilezas, presentes tanto no dito quanto no **não dito** nos atos comunicativos, e por meio dele podem se estabelecer padrões de condutas que são legitimados com a finalidade de refrear conflitos, havendo, dessa maneira, a **materialização** dessas práticas discursivas a partir da criação de moldes e enquadramentos sociais. Os discursos consistem em sistemas contingentes de pensamentos que, na prática, também assumem formas particulares de subjetividades por meio de técnicas de poder específicas e, uma vez que essas noções são projetadas como formas de ação no mundo social, quando são exercidas, provocam efeitos da mesma maneira que qualquer outra ação (Faria & Meneghetti, 2001; Mello, Silva, Lima, & Paolo, 2007). A indumentária organizacional enquanto discurso, portanto, produz suas subjetividades particulares, pois possui noções carregadas de sutilezas, que são projetadas no mundo social e estabelece padrões e enquadramentos que terminam por arquitetar moldes e condutas que vão sendo legitimados.

Uma vez que o vestuário é um discurso, a forma como ele é utilizado e instaurado nas organizações efetiva ordens no campo social enquanto é produzido pela necessidade de controlar, disciplinar e **organizar** o que é visto e dito na sociedade. Para nós, aqui, o vestuário organizacional se constitui, dessa maneira, em táticas de estratégia e de poder que perpassam não só a dimensão política, mas também a social e a moral, e se constituem também em “palavras” de ordem que são capazes de efetivar processos de exclusão e organização – enfim, processos de controle no corpo

social. O vestuário organizacional, portanto, compõe sua própria rede de mecanismos de poder que interliga todos, tendo no efeito uniformizante uma ferramenta importante de controle sutil do corpo social.

Ele está em todos, em todas as organizações, comunidades, lugares e épocas. Até mesmo quem foge desse efeito acaba indo ao encontro de outros que fazem o mesmo, gerando uma comunidade. Independentemente de qualquer situação no espaço-tempo, esse efeito uniformizante está ali, se fazendo presente e se autoperpetuando, pois ele é fundamentalmente coletivo e, como algo essencialmente social, faz parte da manifestação das hierarquias, dos papéis sociais, das permissões e proibições, das crenças, dos desejos, das culturas. Ele está, portanto, em todos e em todo lugar, compondo redes de micropráticas de poder que não necessariamente nasceram do Estado, nem existem interligadas a ele (Machado, 2013).

Há, portanto, entre a arqueologia e a genealogia, uma relação de complementaridade – não de contradição ou negação – com esta última podendo ser entendida como uma ampliação dos campos de estudo de Foucault (Gimbo, 2016). Essa linha de raciocínio nos oferece uma ponte para comentarmos também o que Foucault conceituou como biopoder, ideia importante para compreendermos o efeito uniformizante na coletividade.

O poder disciplinar é complementado pelo biopoder (Pogrebinschi, 2004). O último não exclui o primeiro, e sim o abrange, uma vez que a disciplina atua sobre a individualização dos indivíduos e o biopoder sobre os processos coletivos, ou seja, refere-se à massificação dos efeitos da disciplina. No biopoder, há uma produção extensa do saber que entra em campo pela fusão de mecânicas biopolíticas e disciplinares do poder, que incidem de maneira concomitante sobre os sujeitos e sobre a população como um todo. Dessa forma, biopoder e poder disciplinar se sobrepõem incessantemente, como no exemplo dado por Foucault acerca da sexualidade, a qual se tornou um campo estratégico ao final do século XIX por ser um fenômeno localizado entre os corpos individualizados e a múltipla unidade da população. A sexualidade, portanto, é um campo que depende de processos não só biológicos, mas também controladores, disciplinares, individualizantes, massificadores e regulamentadores (Pogrebinschi, 2004). Ao longo do desenvolvimento de suas teorias, Foucault compreende que os mecanismos de poder passam a atuar sobre a normalização de fenômenos inerentes à vida humana, sem se restringir a apenas um único indivíduo. Isso significa que, além de buscar o controle sobre o sujeito e seu corpo, o poder passou a atuar na população, com o intuito de gerir e controlar as multiplicidades humanas (Butler, 2008; Duarte, 2008; Santos, 2015).

Compreendemos, então, o vestuário organizacional e seu efeito uniformizante como um fluxo que se movimenta constantemente e funciona em rede, não sendo instituído em algo fixo, como um indivíduo em específico; tal fluxo deve ser entendido como uma sucessão de fenômenos que perpassam os indivíduos, incidindo, concomitantemente, sobre os sujeitos e a sociedade como um todo.

Foucault (1996) ainda explora a diferença entre sociedade disciplinar e sociedade de controle. A primeira é fundamentada em regras rígidas e instituições e a segunda na internalização das regras, tendo como resultado a autofiscalização por parte do próprio indivíduo – afinal, a resistência ocorre em menor grau quando o controle assume a forma de **autocontrole**. Na ideia da biopolítica, o poder passa a atingir a vida “de uma ponta a outra” e as formas de dominação se

apresentam de maneiras mais internalizadas, mais sutis e mais generalizadas. As novas formas de gerência da vida pedem a adequação dos sujeitos e suas competências à realidade mercadológica contemporânea, o que está diretamente conectado a questões, por exemplo, de saúde e estética dos corpos produtivos, e assim, consequentemente, agem moldando as subjetividades (Foucault, 1996; Pelbart, 2003; César & Duarte, 2009).

Sabemos que os conceitos relativos ao biopoder e à biopolítica formulados por Foucault se referem a intervenções na população que visam proteger, incentivar, estimular e regular a vida no que diz respeito às condições vitais da sociedade propriamente ditas e que buscam a preservação da vida. Contudo, outras formas novas de controle biopolítico mais flexíveis e sutis também foram percebidas por ele sob o neoliberalismo do pós-guerra, compreendendo o sujeito como um agente econômico que responde a estímulos do mercado, ao invés de ser uma personalidade política-jurídica autônoma. Entendemos aqui, então, que a indumentária organizacional faz parte do indivíduo que Foucault, ainda nos anos 1970, a partir da sua concepção do neoliberalismo, entendia não mais como um empreendedor no mercado, mas como um empreendedor de si mesmo, o qual busca ser seu próprio produtor de rendimentos. Em outras palavras, ele antecipou que o sujeito como agente econômico passou a amplificar e valorizar a si mesmo com o intuito de potencializar sua utilidade e se tornar competitivo para o mercado, ao mesmo tempo que tentará potenciais fatores de risco. E, para nós, a indumentária organizacional apareceu como essa potencialização e, seu efeito uniformizante, como um dos muitos sutis instrumentos de regulação desses fatores.

As indumentárias organizacionais e seus efeitos, hoje, indubitavelmente, atingem a sociedade de uma ponta a outra, foram – e seguem sendo – generalizadas e são, constantemente, internalizadas pela sociedade. Essas características se tornaram formas de autocontrole quase que imperceptíveis, uma vez que seguem intimamente enraizadas no corpo social e nas diversas camadas de *habitus* depositadas individualmente e coletivamente, mas seguem atuando nos fenômenos organizacionais que, na contemporaneidade, são inerentes à vida em qualquer grupo ou comunidade.

Conclusão

“Um corpo nunca existe em si mesmo, nem quando está nu” (Oliveira & Castilho, 2008, p. 69). Ele é um estado provisório vinculado ao ambiente no qual está inserido, refletindo a coleção de informações absorvidas por ele e tudo que o compõe; inclusive, o que se põe sobre ele é carregado de informações, símbolos e história. Nesse caso em específico, principalmente de relações de poder. Nesse quadro, este estudo buscou aprofundar a compreensão acerca da participação do vestuário e suas implicações na vida organizacional, a partir da proposição de que a indumentária organizacional e seu efeito uniformizante atuam como instrumentos de disciplinarização e controle individual e coletivo e, conjuntamente, integram e são meios condutores das relações de poder na vida organizacional. A partir disso, propusemos uma perspectiva teórica sobre a atuação da indumentária sobre os indivíduos, composta por quatro fases, as quais vão desde o momento em que o corpo é vestido até seus efeitos quando são generalizados e internalizados coletivamente. Para desenvolvimento desse argumento, fizemos uso dos conceitos *dress code* (Entsuh et al., 2018), indumentária (Barthes, 2005; Linke, 2013), poder disciplinar, micropráticas de poder e biopoder (Foucault, 1977, 1984, 1987, 2013), por exemplo.

Na perspectiva sociológica adotada neste estudo, o vestir não se limita à perspectiva estética; ele a ultrapassa e é tratado como um processo complexo mediado por aspectos como gênero, etnia, sexualidade, classe social, nacionalidade e idade/geração, por exemplo (Kaiser, 1990). As escolhas acerca das vestimentas, assim, não são neutras, visto que se vinculam às personalidades produzidas por membros de um grupo (Barthes, 2005) ou pela estrutura afetiva – ou *habitus* de uma comunidade (Wacquant, 2007) – pois, enquanto símbolos, peças de vestuário são instrumentos de integração social (Bourdieu, 2001, p. 10).

Nossa perspectiva teórica apresenta quatro fases que, necessariamente, dependem uma da outra, sendo que a segunda não pode acontecer sem antes decorrer a primeira, e assim sucessivamente. Primeiramente, é necessário reconhecer que, em adição ao fato de corpos serem constituídos e socializados conforme as ordens política, social e organizacional na qual estão inseridos, eles também agem sobre a sociedade, a história e a cultura das organizações em que se inserem, posto que são parte constitutiva delas próprias. Nesse primeiro momento ou fase da perspectiva teórica, entendemos que o vestuário e seus códigos possuem a capacidade tanto de comunicação quanto de transmissão de identidade, ponto central na sociedade como um todo. Os códigos de vestimenta se mostram, portanto, como indispensáveis para o reconhecimento do pertencimento a um meio organizacional, seja ele uma tribo, uma comunidade ou um dado ambiente profissional (Bazin et al., 2013). Dessa maneira, compreendemos que as indumentárias organizacionais são capazes de participar das relações constituintes das organizações. O que se pode considerar como moda assume a configuração de um sistema de comunicação sob o qual todos os indivíduos se submetem de forma que cada peça vestida tem um peso simbólico capaz de atuar sobre o corpo e mediar uma sucessão de transformações vinculadas não apenas à aparência, mas também aos comportamentos, às regras sociais, expectativas, valores, momentos históricos, origens, pertencimento etc. (Stefani, 2005).

Chega-se, assim, a uma segunda fase na perspectiva teórica apresentada, na qual observamos como as relações de poder emergem a partir do efeito uniformizante da indumentária. A partir de meados do século XIX, diante do crescimento da sociedade industrial e capitalista e do surgimento e consolidação das diferentes profissões, os códigos de vestimenta se tornaram cada vez mais indispensáveis para o reconhecimento do pertencimento a um meio organizacional (Bazin et al., 2013). Decorre daí o chamado efeito uniformizante, gerado não apenas pelo uso de uniformes profissionais, mas também pelo efeito uniformizante de certos trajes profissionais (Fortes, 2016), ou adoção de *dress codes* (Entsuah et al., 2018). Entendemos o efeito uniformizante como aquilo que é produzido como uma consequência ou um resultado das camadas de *habitus* da indumentária sedimentadas até o espaço e o tempo em questão, que foram construídas historicamente, socialmente e organizacionalmente a partir de seu peso simbólico, que é constantemente incorporado pelos sujeitos não só individualmente, mas também coletivamente, em diferentes camadas, níveis e configurações de organização quaisquer que eles pertençam.

A partir daí, o vestuário se torna um componente-chave daquilo que é desejado ou apropriado no âmbito das organizações: representa as regras que regulam a aparência dos indivíduos e são sujeitos a variáveis sociológicas como idade, classe, religião, gênero, ocupação ou etnia, e ajudam a estipular o que deve/pode ser empregado ou não. É também por meio da imposição de vestuário que o empregador também procura neutralizar inconvenientes: agitações, vestes inapropriadas que podem tirar a atenção e diminuir (ou anular) o tempo de escolha de outras

peças que pode gerar atraso no trabalho e, conseqüentemente, na produção. O traje então abraça o corpo de maneira que ele passa a emitir uma série de características trazidas da organização a qual pertence: uma vez que se torna parte desse *staff*, ele iguala, nivela ou desnivela quem pertence a ela.

O efeito disciplinador do vestuário corresponde ao terceiro momento do olhar teórico proposto. Isso pode ser explicado pelo fato de que por meio da imposição do uso de uniformes, trajes específicos ou artefatos carregados de significados, é possível treinar, modelar, manipular e tornar corpos hábeis úteis (Foucault, 1987). Adicionalmente, trajes uniformizantes são ainda capazes de organizar os corpos analiticamente, pois se constituem como instrumento de localização e quadriculamento (Foucault, 1987). Uma vez que se reveste um corpo dessa forma, o sujeito – assim como sua conduta – enquanto vestido, pode ser observado a qualquer hora, onde estiver. O vestuário funciona assim como um dispositivo panóptico, organizando os sujeitos em uma série de unidades que permitem percebê-los e vigiá-los a partir da armadilha da própria visibilidade. Quem usa trajes atribuídos às organizações a que pertence está, dentro ou fora, consciente que está sendo vigiado.

Por fim, temos o quarto momento, quando o efeito disciplinador e uniformizante atua não somente na esfera individual, mas se estende também à coletiva. Para compreendermos como o efeito uniformizante também atua coletivamente, partimos do olhar de Foucault acerca das micropráticas de poder (Foucault, 2013), as quais estão entranhadas nos corpos dos sujeitos, nas ações, nos discursos, nos processos de aprendizagem, ou seja, estão no cotidiano (Marsden & Townley, 2001). Discursos assim assumem ou se tornam práticas ou se transformam em ações que, ao incidirem concomitantemente sobre os sujeitos e a população como um todo, recebem a denominação de biopoder, o qual complementa os efeitos individuais do poder disciplinar (Pogrebinschi, 2004). O discurso em Foucault, juntamente com a participação das subjetividades dos indivíduos, é assim capaz de arquitetar dimensões que produzem e estabelecem regras de comportamento. O efeito uniformizante extrapola assim as fronteiras organizacionais com tamanha intensidade que adquire espaço na vida social e isso é possível devido à sua natureza disciplinar, panóptica e reguladora.

É necessário pontuar que algumas dificuldades epistemológicas foram percebidas durante a realização do estudo, como a escassez de estudos a respeito de trajes não ligados à aristocracia e às elites. Talvez esse fato seja o próprio reflexo dessas relações de poder. Além disso, temos consciência de que a proposta aqui apresentada carece de aprofundamentos empíricos, os quais sugerimos como estudos futuros, e salientamos que, tal como as propostas pós-modernas e pós-estruturalistas, os resultados aqui propostos não são universalizantes e nem tampouco buscamos essas generalizações.

Por fim, esperamos que este estudo possa atuar como um contribuidor aos estudos organizacionais, uma vez que a relação entre vestuário e organizações ainda é pouco explorada frente outras. O vestuário, assim como as relações de poder, também é, essencialmente, um produto coletivo presente em todos os círculos do meio social, e seus efeitos merecem ser compreendidos.

Referências

- Andrade, R. (2009). Notas sobre roupa na literatura especializada. *Visualidades*, 7(2), 152–185. <https://doi.org/10.5216/vis.v7i2.18193>
- Ashforth, B. E., & Mael, F. (1989). Social identity theory and the organization. *Academy of management review*, 14(1), 20-39. <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4278999>
- Barnard, M. (2020). *Fashion theory: A reader*. New York: Routledge.
- Barthes, R. (2005). *Inéditos: imagem e moda*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Baudot, F. (2008). *A century of fashion*. Londres: Thames & Hudson.
- Bazin, Y., Riot, E., & Aubert-Tarby, C. (2013). Dressing professional, an aesthetic experience of professions. *Society and Business Review*, 8(3), 251-268. <https://doi.org/10.1108/SBR-04-2013-0031>
- Bethke, S., & Keigel, N. (2019). Fashion and history: There is no doubt that clothes matter. *International Journal of Fashion Studies*, 6(2), 183-192.
- Boucher, F. (2010). *História do vestuário no ocidente: das origens aos nossos dias*. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Bourdieu, P. (2001). Sobre o poder simbólico (Tomaz, F. Trad.). In P. Bourdieu, *O poder simbólico* (pp. 7-16). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil
- Braga, J. (2006). *História da moda: uma narrativa*. São Paulo, SP: Anhembi Morumbi.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organisational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Caleiro, R., & Gusmão, J. (2012). História, corpo, moda e questões sobre o feminismo. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 53, 1-8.
- Caproni, H. L., Neto, & Saraiva, L. A. S. (2018). Masculinidades, trabalho e reprodução de preconceitos: um estudo com trabalhadores gays, lésbicas e bissexuais. *Revista de Administracao Imed*, 8(1), 191-215. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i1.2201>
- César, M. R. A., & Duarte, A. (2009). Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do fitness. *Educação & Realidade*, 34(2), 119-134.
- Chawla, D., & Srivastava, J. (2016). Antecedents of organizational identification of postgraduate students and its impact on institutions. *Global Business Review*, 17(1), 176-190. <https://doi.org/10.1177/0972150915610715>
- Dale, K. (2001). *Anatomising embodiment and organization theory*. Basingstoke: Palgrave.
- Duarte, A. M. (2008). Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. *Revista Cinética*, (1), 1–16.
- Easterling, C. R., Leslie, J. E., & Jones, M. A. (1992). Perceived importance and usage of dress codes among organizations that market professional services. *Public Personnel Management*, 21(2), 211-219.

<https://doi.org/10.1177/009102609202100208>

Entsuah, J. R., Abraham, I., & Kyeremeh, D. D. (2018). The Impact of Dress Code on an Organisational Image: A Case Study of Prudential Bank Limited, Takoradi Branch. *Asian Research Journal of Arts & Social Sciences*, 6(2), 1-11. <https://doi.org/10.9734/ARJASS/2018/40295>

Faria, J. H. de, & Meneghetti, F. K. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. *RAE: Revista de Administração de Empresas*, 51(5), 424-439. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000500002>

Figueiredo, J. B. (2011). O texto revestido: a indumentária como tradução de identidade gaucha em textos literários e historiográficos do século XIX. In *Anais do 26º. Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Paulo, SP.

Flores-Pereira, M. T. (2010). Corpo, pessoa e organização. *Organizações & Sociedade*, 17(54), 417–438. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000300002>

Fortes, V. C. (2016). *Uniforme enquanto artefato organizacional em uma instituição de ensino superior privado*. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas (PPGA) – Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Fortaleza: Ceará.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (1996). *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no College de France: pronunciada em 2/12/1970 (Laura Fraga de Almeida Sampaio, Trad.). São Paulo, SP: Loyola.

Foucault, M. (2006). *Estratégia poder-saber - ditos e escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

Foucault, M. (2013). *Microfísica do poder* (26a ed.). São Paulo, SP: Graal.

Gagliardi, P. (1990). Artifacts as Pathways and Remains of Organizational Life. In P. Gagliardi (Org.). *Symbols and artifacts: views of the corporate landscape*. Berlin: Walter de Gruyter.

Garcia, A. N. (2008). Distinção social e processo civilizador em Norbert Elias. *IARA: Revista de Moda, Cultura e Arte*, 1(1), 68-101.

Gimbo, F. S. (2016). Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. *Sapere Aude*, 7(12), 132-154.

Gioia, D. A.; & Pitre, E. (1990). Multiparadigm perspectives on theory building. *Academy of Management Review*, 15(4), 584–602. <https://doi.org/10.5465/amr.1990.4310758>

Godart, F. (2010). *Sociologia da moda* (L. P. Zylberlicht, Trad.). São Paulo, SP: Senac SP.

Habermas J. (1982). *Conhecimento e Interesse: Com um Novo Posfácio*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hassard, J. (1991). Multiple Paradigms and Organizational Analysis: A Case Study. *Organization Studies*, 12(2), 275–299. <https://doi.org/10.1177/017084069101200206>

Höpfel, H. (2007). *Organização e estética*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.

- Johnson, B. H., Nagasawa, R. H., & Peters, K. (1977). Clothing style differences: Their effect on the impression of sociability. *Home Economics Research Journal*, 6(1), 58-63.
<https://doi.org/10.1177/1077727X7700600107>
- Kaiser, S. (2012). *Fashion and cultural studies*. New York: Fairchild.
- Kaiser, S. (1990). *The social psychology of dress: symbolic appearances in context*. New York: Fairchild.
- Karl, K., Peluchette, J. V. E., & Collins, A. (2017). Employee Self-Perceptions Regarding Workplace Attire in Turkey. *Journal of Organizational Psychology*, 17(6).
- Korica, M., & Bazin, Y. (2019). Fashion and Organization Studies: exploring conceptual paradoxes and empirical opportunities. *Organization Studies*, 40(10), 1481-1497.
<https://doi.org/10.1177/0170840619831059>
- Kwon, Y. (1994). The influence of appropriateness of dress and gender on the self-perception of occupational attributes. *Clothing and Textiles Research Journal*, 12(3), 33-39.
<https://doi.org/10.1177/0887302X9401200305>
- Laver, J. (1989). *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Le Goff, J., & Truong, N. (2006). *História do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Leal, R. A. (2007) estética como elemento para compreensão da criatividade nas organizações. *Organização e Sociedade*, 14(42), 67-82. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302007000300004>
- Libretti, A. S., Moreira, R., Amorim, & M. C. (2018). Dress code: das considerações teóricas às práticas nas organizações. *Pensamento & Realidade*, 33(1), 2-18
- Linke, P. P. (2013). A moda, a indumentária, o traje popular e o figurino. In *Anais do 6º. Congresso Internacional de História*. Recuperado de http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/188_trabalho.pdf
- Machado, R. (2013). Por uma Genealogia do Poder. In M. Foucault, *microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Marsden, R., & Townley, B. (2001). A coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In S. R.Clegg, C. Hardy & W. R. Nord (Eds.). *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções* (v. 2, pp. 31-56). São Paulo, SP: Atlas.
- Mast, M. S., & Hall, J. A. (2004). Who is the boss and who is not? Accuracy of judging status. *Journal of Nonverbal Behavior*, 28(3), 145–165.
- Maysonave, S. (2001). Business Casual Concepts. *Retail Merchandiser*, 41(7), 46–46.
- Mccarty, M. (2013). Clothes Minded: What To Wear To Work And What Not To. *OfficePro*, 73(6), 28–29.
- Mello, R. P., Silva, A. A., Lima, M. L. C., & Paolo, A. F. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 19(3), p. 26–32.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300005>

- Miyazaki, A. H. V., Hanashiro, D. M. M., & Ipiranga, A. S. R. (2018). Perspectivas de cultura organizacional e artefatos físicos: um estudo em escola de equitação por meio da foto-elicitación. *Revista Eletrônica de Administração*, 24(3), 46–76. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.212.84302>
- Narducci, V. (2016). A cultura organizacional sob um olhar estético. *Diálogo com a Economia Criativa*, 1(2), 91–110. <https://doi.org/10.22398/2525-2828.1292-110>
- Newton, T. (2001). Organization: The relevance and the limitations of Elias. *Organization*, 8(3), 467–495. <https://doi.org/10.1177/135050840183002>
- Oliveira, A. C.; Castilho, K. (2008). *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.
- Paniago, M. L. F. S. (2008). A analítica do poder em Michel Foucault. In *Anais do 1º Congresso Nacional de História, Jataí: Goiás*. Recuperado de <https://docplayer.com.br/24755664-A-analitica-do-poder-em-michel-foucault.html>
- Paula, A. P. P. de (2016). Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. *Cadernos Ebape.br*, 14(1), 24-46. <https://doi.org/10.1590/1679-395131419>
- Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo, SP: Iluminuras.
- Peluchette, J. V.; Karl, K. (2007). The impact of workplace attire on employee self-perceptions. *Human Resource Development Quarterly*, 18(3), 345-360. <https://doi.org/10.1002/hrdq.1208>
- Pereira, C. M. (2015). O vestuário e a moda: e suas principais correntes teóricas. *Revista ModaPalavra e-Periódico*, 8(15), 202-221.
- Pereira, L. F. (2003). *Moda clubber e raver: uma tendência na cena contemporânea* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ.
- Pereira, M. C., Muniz, M. M. J., & Lima, J. B. (2007). Foucault e Estudos Organizacionais: ampliando as possibilidades de análise. *Revista de Ciências de Administração*, 9(17), 113–133.
- Pogrebinschi, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova*, (63), 179-201. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300008>
- Rafaeli, A., Dutton, J. E., Harquail, C., & Mackie-Lewis, S. (1997). Navigating by attire: The use of dress by female administrative employees. *Academy of Management Journal*, 40(1), 9–45. <https://doi.org/10.5465/257019>
- Riello, G. (2011). The object of fashion: methodological approaches to the history of fashion. *Journal of Aesthetics & Culture*, 3(1), 1–9. <https://doi.org/10.3402/jac.v3i0.8865>
- Roach-Higgins, M. E., & Eicher, J. B. (1992). Dress and Identity. *Clothing and Textiles Research Journal*, 10(4), 2-9. <https://doi.org/10.1177/0887302X9201000401>
- Roche, D. (2007). *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo, SP: Ed. SENAC São Paulo.
- Rucker, M., Anderson, E., & Kangas, A. (1999). Clothing, power, and the workplace. *Appearance and power*, 59–77.

- Santos, D. B. C. (2015). A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 630–651. <https://doi.org/10.1590/198053142970>
- Santos, J. T. (1997). Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, 40(2), 145–182. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200005>
- Simmel, G. (1998) La Mode. In G. Simmel. *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Rivages.
- Souza, G. M. (1987). *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Stefani, P. S. (2005). *Moda e comunicação: a indumentária como forma de expressão* (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.
- Strati, A. (1990). Aesthetics and Organizational Skill. In B. Turner (Ed.). *Organizational Symbolism* (pp. 207-222). Berlin: De Gruyter.
- Tarde, G. (1992). *A opinião das massas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Todorović, T., Toporišič, T., & Pavko Čuden, A. (2014). Clothes and Costumes as Form of Nonverbal Communication. *Tekstilec*, 57(4), 321-333.
- Van Krieken, R. (1990). The organisation of the soul: Elias and Foucault on discipline and the self. *European Journal of Sociology*, 31(2), 353-371. <https://doi.org/10.1017/S000397560000610X>
- Veblen, T. (1980). O vestuário como expressão da cultura pecuniária. In T. Veblen. *A teoria da classe ociosa* (pp. 159-176). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Viana, L. M. M., & Silva, F. A. S. (2019). Biopolítica, vestuário e transgressão: ensaio sobre o vestir como instrumento de resistência à heteronormatividade. In *Anais do 4º. Desfazendo Gênero*. Campina Grande, PB: Realize. Recuperado de <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/64052>
- Vieira, M. M. F. (2005). Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In M.M.F. Vieira & D. Zouain (Orgs.) *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV.
- Vieira, M. M. F., & Caldas, M. P. (2007). Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. In: M. P. Caldas & C. O. Bertero (Coords.). *Teoria das organizações*. São Paulo, SP: Atlas.
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o Habitus. *Revista Educação & Linguagem*, 10(10), p. 63-71
- Wood, T., Jr., & Csillag, P. (2001). Estética organizacional. *Organização & Sociedade*, 8(21), 35-44. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302001000200002>
- Wood, N., & Benitez, T. (2003). Does the suit fit? *Incentive*, 177(4), 31.

Financiamento

O(s) autor(es) não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Autoria

Lysia Maria Memória Viana

Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduada em Design de Moda pela Unifor, foi monitora de Modelagem Plana Feminina e Infantil.

E-mail: lysiamviana@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7375-9558>

Márcia de Freitas Duarte

Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP). Realizou estágio doutoral na University of Leeds, UK. Realiza pesquisas qualitativas teóricas e empíricas no campo dos estudos organizacionais, sobre temas como práticas organizativas (*organising*), indústrias criativas, carreiras e trabalho.

E-mail: marcia.freitas.duarte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8622-108X>

Fábio Freitas Schilling Marquesan

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado na temática da Inovação para o Agronegócio na UFRGS. Entre os interesses de pesquisa atuais estão as contradições do desenvolvimento em regiões semiáridas e os estudos socioambientais, com destaque para a mudança climática, o (novo-)extrativismo, os conflitos por toda sorte de recursos e os riscos associados ao Antropoceno.

E-mail: fabioschilling@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2456-4914>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Linguagem inclusiva

Os autores usam linguagem inclusiva que reconhece a diversidade, demonstra respeito por todas as pessoas, é sensível a diferenças e promove oportunidades iguais.

Contribuição dos autores

Primeira autora: concepção (líder), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), aquisição de financiamento (igual), investigação (líder), metodologia (igual), administração do projeto (igual),

recursos (líder), supervisão (apoio), validação (apoio), visualização (líder), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (apoio).

Segunda autora: concepção (apoio), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), aquisição de financiamento (igual), investigação (apoio), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (apoio), supervisão (líder), validação (líder), visualização (líder), redação – rascunho original (apoio), redação – revisão e edição (líder).

Terceiro autor: concepção (apoio), curadoria de dados (igual), análise formal (igual), aquisição de financiamento (igual), investigação (apoio), metodologia (igual), administração do projeto (igual), recursos (apoio), supervisão (apoio), validação (apoio), visualização (apoio), redação – rascunho original (apoio), redação – revisão e edição (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional